



**TEXTO BASE  
PARA DEBATES**

**COORDENAÇÃO NACIONAL DA  
MARCHA DAS MARGARIDAS:**

**ENTIDADES PROMOTORAS:**

CONTAG

FETAGS

STRS

CUT

SECRETARIA DE MULHERES DO CNS

MMTR/NE

MLT

MIQCB

**ENTIDADES APOIADORAS:**

CASA LILÁS

CPT

ESPLAR

FASE

FÓRUM CARAJÁS

LOUCAS DE PEDRA LILÁS

MARCHA MUNDIAL DE MULHERES NO BRASIL

REDE LAC

SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Apoios: OXFAM, CÁRITAS, CESE, FUNDO SAAP, BÖLL, CRISTHIAN AID, IICA, NEAD, UNIFEM,  
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, MDA,

**SUMÁRIO**

Páginas

1.	Apresentação .....	04
2.	Introdução .....	06
3.	Acesso das mulheres à terra .....	09
4.	Meio ambiente.....	16
.		
5.	Salário Mínimo.....	26
6.	Saúde pública com assistência integral à mulher .....	33
7.	Combate à violência sexista E outras formas de discriminação .....	40

## APRESENTAÇÃO

- 1** A MARCHA DAS MARGARIDAS é um grande processo de animação e mobilização das trabalhadoras rurais em todos estados brasileiros, que busca contribuir para garantir e ampliar as conquistas das mulheres trabalhadoras rurais.
- 2** Esse espírito de luta se fortalece na história de vida política de tantas outras mulheres, à exemplo da companheira e líder sindical Margarida Alves, covardemente assassinada na cidade de Lagoa Grande/Paraíba, por latifundiários do Grupo da Várzea. Após 18 anos de impunidade, o último réu remanescente do processo, Zito Buarque, foi julgado e injustamente absolvido em junho de 2001, em João Pessoa, Paraíba.
- 3** Em 2003 lutamos por mudanças estruturais que combatam a fome, pobreza e violência entre as mulheres. Nas comunidades, municípios e territórios de todos os estados brasileiros estão acontecendo reuniões e rodas de conversa sobre os temas prioritários : terra, água, salário digno, saúde e a violência sexista. O resultado de todo esse processo será o empoderamento de mais de 1 milhão de mulheres de todas as idades, cores e saberes, que participam do processo político-educativo e organizativo de construção da nossa pauta.
- 4** Nestes momentos de construção da MARCHA DAS MARGARIDAS, precisamos usar toda nossa criatividade para fortalecer e ampliar os espaços de debate e articulação política entre nós trabalhadoras rurais, e com as outras organizações de mulheres ao nível local.
- 5** Esperamos enquanto resultados desses momentos de construção coletiva:
  - a)** A reflexão crítica sobre a nossa condição de vida e trabalho, e nossa posição na sociedade;
  - b)** Respeito enquanto mulheres, trabalhadoras rurais, cidadãs na construção e implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS;
  - c)** Visibilidade às nossas demandas e lutas e fortalecimento das nossas organizações;
  - d)** Atualizar e qualificar nossa pauta de reivindicação, levando em conta as diversidades regionais, políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais e organizativas onde estamos inseridas;
  - e)** Refletir, debater, trocar experiências e ampliar parcerias com o movimento sindical urbano, outras organizações de mulheres rurais e urbanas, Movimento Feminista, ONG's, Pastorais, Igrejas, Partidos políticos, e outras organizações da sociedade civil.
- 6** Essa construção coletiva ampliará sem dúvida, a compreensão das companheiras trabalhadoras rurais da base sobre a realidade do nosso imenso Brasil, possibilitando uma ação política consciente e consistente na luta pela construção e consolidação de um projeto de desenvolvimento que seja sustentável, humano e solidário para o nosso país.
- 7** Por estas razões, a CONTAG e a Coordenação Nacional da MARCHA DAS MARGARIDAS elaborou este texto base, com a finalidade de subsidiar as rodas de conversas com os grupos de mulheres e orientar o debate político em torno dos temas prioritários: terra, água, salário mínimo digno, saúde e violência.

- 8** Essa ação político-educativa e organizativa que denominamos 'Marcha das Margaridas' terá seu grande momento nacional no dia 26 de agosto de 2003, quando aproximadamente 50 mil mulheres marcharão em Brasília para dialogar com a sociedade nacional e internacional e propor políticas públicas para um Brasil de todas e todos.
- 9** As entidades promotoras da Marcha<sup>1</sup> em conjunto com as entidades apoiadoras enviarão suas propostas sistematizadas contemplando demandas específicas, realidade local e diversidade regional, para o e-mail: [margaridas@contag.org.br](mailto:margaridas@contag.org.br) até o dia 30 de julho de 2003.
- 10** A equipe de sistematização consolidará o texto com as respectivas contribuições até a segunda semana de agosto.
- 11** Bom trabalho para todas e todos !!!

---

<sup>1</sup> **Entidades Promotoras:** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - **CONTAG**, Central Única dos Trabalhadores - **CUT**, Federações Estaduais dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura - **FETAG's**, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – **STR's**, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – **MMTR/NE**, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - **MIQCB**, Conselho Nacional dos Seringueiros - **CNS**, Comissão Pastoral da Terra - **CPT**, Movimento de Luta pela Terra - **MLT**.

## INTRODUÇÃO

### De qual Brasil Rural estamos falando

- 12** Historicamente fomos construindo e reproduzindo uma idéia de que o rural e o urbano são realidades radicalmente distintas. O rural é sempre associado ao atraso, pobreza, conservadorismo e inferioridade. O urbano é concebido como superior, moderno e que oferece mais e melhores oportunidades de trabalho e de acesso a bens e serviços.
- 13** Essa visão distorcida está fundamentada no modelo de desenvolvimento urbano-industrial implementado no Brasil, especialmente nos anos 30-50. No campo, esse modelo ainda hoje se sustenta através da concentração de terras, da exploração inadequada dos recursos naturais, da exploração da mão-de-obra e subordinação das mulheres.
- 14** Um dos grandes desafios políticos da MARCHA DAS MARGARIDAS é desconstruir essa visão de rural associado à miséria, fome e atraso, e reafirmar a importância estratégica que as atividades rurais agrícolas e não agrícolas tem para o desenvolvimento sustentável do país. Precisamos reafirmar as mulheres trabalhadoras rurais enquanto atrizes políticas nos processos de desenvolvimento, na perspectiva de uma nova concepção de espaço e realidade rural.
- 15** Esse 'olhar' que aponta o espaço rural enquanto principal estimulador do desenvolvimento sustentável ao nível local, esbarra na lógica urbanizadora e urbanizante brasileira. Basta ficarmos alguns instantes diante da televisão, do rádio, ou quando lemos jornais e revistas, que nos parece que toda a população brasileira vive nas cidades grandes, menos a gente. Basta lembrar das manchetes de divulgação do censo/2000 do IBGE: "Cresce a população nas grandes cidades", ou, "A população rural pode chegar a menos de 20% do total da população brasileira em 2020".
- 16** Questionando esta metodologia e buscando redefinir o conceito de espaço rural, alguns pesquisadores, e com destaque o professor José Eli da Veiga, vem denunciando constantemente que "a vigente definição de cidade é obra do Estado Novo. Foi o Decreto Lei 311 de 1938, que transformou em cidades, todas as sedes municipais existentes, independente de suas características estruturais e funcionais".
- 17** Em seus trabalhos de pesquisa, o professor José Eli identifica enquanto municípios rurais, aqueles com uma população inferior a 50 mil habitantes e com densidade inferior a 80 habitantes por Km<sup>2</sup>. Com esta metodologia, seriam rurais 4.485 municípios brasileiros, ou seja, dentre os 169,59 milhões de habitantes<sup>2</sup>, cerca de 70 milhões viveriam nestes municípios.
- 18** Entendendo que nós, mulheres trabalhadoras rurais, não somos tão poucas e desnecessárias como querem nos fazer acreditar, passamos a 'olhar para dentro' e nos conhecer melhor. Um dos principais passos foi a formulação e implementação de um projeto político de sociedade, o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS.
- 19** Neste projeto político, o MSTTR e entidades parceiras propõe uma ampla e massiva reforma agrária, a valorização, fortalecimento e ampliação da agricultura familiar, a geração de emprego e renda, articulada com um conjunto de políticas públicas

<sup>2</sup> IBGE, censo demográfico 2000

(diversificação da economia rural com geração de renda e empregos, assistência técnica, habitação rural, educação do campo, saúde pública e de qualidade, etc.). Esse projeto, prevê a articulação e consolidação de parcerias e alianças ao nível local que possibilite sua interseção com um projeto maior de sociedade, onde as desigualdades sociais, de gênero, geração, cor e etnia sejam eliminadas.

### **MARCHA DAS MARGARIDAS: estratégia das mulheres para superar a fome, pobreza e violência no Brasil Rural**

- 20** A situação de pobreza das mulheres trabalhadoras rurais incide diretamente sobre os altos índices de pobreza, desemprego, falta de acesso à renda monetária, analfabetismo, violência, mortalidade materna, etc. O último Censo Agropecuário Brasileiro constata que as mulheres representam cerca de 50% da população rural, dentre as quais 50% em idade produtiva (15 a 55 anos), representando 36% da população econômica que desenvolve atividades agrícolas e não-agrícolas. De acordo com pesquisa do Instituto de Economia do UFRJ, do total de pessoas sem acesso à renda monetária no Brasil, 80% deste contingente são mulheres trabalhadoras rurais.
- 21** Em 2000 a MARCHA DAS MARGARIDAS mobilizou milhões de milhares de mulheres na luta contra a fome, pobreza e violência sexista. Além de denunciar o impacto da globalização e ajustes estruturais neoliberais, apresentou para a sociedade nacional e internacional e para o Governo Brasileiro um conjunto de propostas para superar todas as formas de discriminação, preconceito e violência de gênero entre mulheres e homens no campo brasileiro. Além da mobilização, que fortaleceu o processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais, a MARCHA DAS MARGARIDAS 2000 apresentou importantes resultados políticos e econômicos, como o julgamento de Zito Buarque, assassino de Margarida Maria Alves; e a redução das taxas de juros da Pronaf – Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- 22** Em 2003, A MARCHA DAS MARGARIDAS sairá às ruas dando continuidade a esta luta histórica. O acesso das mulheres à terra, água, renda, salário mínimo digno, saúde pública de qualidade e demais benefícios econômicos e sociais aumentariam as chances de combater a fome, pobreza e violência, melhorando a qualidade de vida das mulheres trabalhadoras rurais e de suas famílias. Por estas e outras 2003 razões, sairemos de cada canto desse imenso país para denunciar o efeito nefasto desse modelo de desenvolvimento, reivindicar qualidade de vida no campo com igualdade de direitos e oportunidades para mulheres e homens, e apresentar propostas que possibilitem construir e consolidar um novo projeto de desenvolvimento para o país.
- 23** Esperamos que o atual Governo Brasileiro, eleito e respaldado pela maioria do povo brasileiro, assuma compromissos com esta nossa luta. O Estado tem a responsabilidade de resgatar a dívida social para com as mulheres e inserir o campo na perspectiva dos processos sustentáveis de desenvolvimento, de maneira a superar todas as formas de injustiça, desigualdade, discriminação e todas as formas de violência.
- 24** A MARCHA DAS MARGARIDAS, mobilização de trabalhadoras rurais articulada à Marcha Mundial de Mulheres no Brasil, reivindica aumento real e progressivo do Salário Mínimo, porque um de seus eixos principais é justamente a luta pelo aumento do poder aquisitivo das mulheres na cidade e no campo.

**ACESSO DAS MULHERES À TERRA****A Reforma Agrária como estratégia para o desenvolvimento rural sustentável**

- 25** O MSTTR reafirma a necessidade de redirecionar o foco atual das ações governamentais. Para dar efetividade a uma política de democratização da terra, é urgente a presença forte, qualificada e sistemática do Estado, assegurando a regulamentação fundiária, a solução dos conflitos agrários e a ampliação e fortalecimento da Agricultura Familiar. É preciso priorizar os investimentos e ações públicas, no sentido de implantar um programa de reforma agrária, que seja capaz de reverter o atual quadro social, econômico e político no campo e no País, de modo a assegurar transformações no atual modelo de desenvolvimento.
- 26** As estimativas oficiais<sup>1</sup> indicam que no Brasil existem cerca de 4.515.810 famílias a serem beneficiadas por um programa de Reforma Agrária incluídos aí os minifundistas e arrendatários, parceiros e ocupantes com pouca terra, além dos assalariados.
- 27** Este mesmo estudo, considerando o número destes/as potenciais beneficiários/as e o tamanho do módulo em hectares por família, estimou que seriam necessários 160,1 milhões de hectares, para atender à toda a demanda nacional em um programa de Reforma Agrária.
- 28** Isto deixa claro a lentidão dos governos anteriores em desconcentrar a terra e exige do atual governo, medidas urgentes para corrigir a dívida social para com as famílias agricultoras. Isto porque a área de 160,1 milhões de hectares, é de quase dez vezes a que efetivamente foi destinada até hoje para a "Reforma Agrária". No caso do número de famílias, 4,5 milhões, o esforço a ser feito é na mesma proporção, ou seja, o público potencial para a reforma agrária, é mais de 12 vezes o número das que já foram assentadas até hoje.
- 29** Esses dados evidenciam que os processos de Reforma Agrária no Brasil não atenderam a demanda real de famílias sem-terra, com pouca terra e em situações de posse precárias. Os limitados processos de transferência de terras, não favoreceram a inclusão social, a democratização do poder da terra e da renda, não ampliou a igualdade de oportunidades de geração de emprego, renda e ocupações produtivas, tão pouco proporcionou a superação das desigualdades de gênero, geração, raça e etnia.
- 30** As desigualdades baseadas no sexo, idade, raça e etnia confirma que o campo esconde uma profunda desigualdade de relação entre mulheres e homens e uma estrutura patriarcal bastante opressiva. Demonstra também que as ações de reforma agrária e de fomento à agricultura familiar tiveram pouca influência na superação dessas desigualdades. No Brasil, de 1964 a 1996 nas ações de distribuição da terra, apenas 12,6% da documentação foi emitida em nome das mulheres.
- 31** Ao longo dos últimos anos, O MSTTR e outros parceiros, vem construindo e implementando um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS .
- 32** O centro desta proposta de desenvolvimento é realização de uma ampla e massiva Reforma Agrária fundamentada na ampliação, valorização e

---

<sup>1</sup> Censo Agropecuário 1995/96 do IBGE, o cadastro e índices básicos do Incra de 1998/1997.



fortalecimento da Agricultura Familiar, de forma efetiva, planejada e que esteja inserida no contexto do Desenvolvimento Rural Sustentável, aliado a uma eficiente política de assistência técnica, crédito, comercialização e recursos para infra estrutura social e produtiva, para que as famílias possam viver, trabalhar e se desenvolver com qualidade de vida.

- 33** Cada assentamento ou unidade produtiva, deve servir como efeito multiplicador da agricultura familiar, dinamizando o desenvolvimento local, fortalecendo a organização social, o aumento da autonomia na tomada de decisões, capacidade de reter e reinvestir capitais e de regenerar e conservar o meio ambiente, considerando as formas de intervenção pública a partir da combinação de fatores que respeitem as demandas geradas, a identidade de cada região e as contribuições do Zoneamento Econômico e Agro-ecológico, que orientem o ordenamento e o desenvolvimento territorial.
- 34** O assentamento deve constituir-se como espaço democrático de organização e integração social e de respeito às diversidades culturais, étnicas, de gênero, de geração; assegurar a participação efetiva das mulheres em todos os espaços de discussão e deliberação de ações políticas, sociais e dos projetos técnicos produtivos.
- 35** O Estado deve intervir efetivamente exigindo o cumprimento da função social da terra de qualquer propriedade rural. Para tanto, faz-se necessário desenvolver ações concretas no sentido de garantir, também, a desapropriação de terras produtivas, mas que não cumprem os requisitos da Função Social, priorizando terras que constata-se o trabalho escravo e trabalho infantil.
- 36** A desapropriação por interesse social deve ser o principal instrumento para obtenção de terras para Reforma Agrária. Terão que ser revistos prioritariamente, os índices definidores dos custos das indenizações aos desapropriados, além de acabar com os juros compensatórios nas ações judiciais de desapropriação. O acesso à terra deverá se efetivar em terras de boa qualidade, com solo fértil e propício para o desenvolvimento das famílias assentadas.
- 37** Um outro instrumento complementar à Reforma Agrária e de fortalecimento da agricultura familiar é o Projeto de Crédito Fundiário destinado a trabalhadores e trabalhadoras sem terra, minifundistas, arrendatários, jovens e adultos, homens e mulheres. Este Projeto conta com a ampla participação de trabalhadores e trabalhadoras por meio de suas organizações, prevê o respeito às particularidades regionais asseguradas no manual de operações, que na sua elaboração, contou com a participação da CONTAG.

### **A Marcha das Margaridas é uma estratégia de luta das mulheres pelo direito à terra**

- 38** As mulheres, junto com suas crianças, estão presentes em todas as etapas da luta quer seja na ocupação da terra, no enfrentamento aos latifundiários, policiais e pistoleiros. Resistem nos acampamentos e nas posses. Muitas são posseiras desde seu nascimento.
- 39** Registros do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, em 1961, destacam a participação das mulheres trabalhadoras rurais na luta pela Reforma Agrária. Contudo, até o 4º congresso da categoria a titulação da propriedade era requerida em nome do homem "chefe de família" ou aos "jovens que viessem a constituir famílias".

- 40** O processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais, desde a década de 80, tem sido determinante para transformar as relações de gênero e acabar com a subordinação da mulher ao homem. Além do reconhecimento às diferenças, as mulheres casadas, viúvas, solteiras e chefes de família vêm lutando para expandir e efetivar seus direitos, inclusive o direito de propriedade, posse e controle da terra.
- 41** A luta pela igualdade no acesso à propriedade ganhou maior dimensão na MARCHA DAS MARGARIDAS 2000, quando reivindicamos a titulação conjunta para os casais que fossem casados civilmente ou vivessem em união consensual, bem como as mulheres solteiras ou chefes de família. Em 2003, a MARCHA DAS MARGARIDAS quer discutir com as mulheres trabalhadoras rurais porque no Brasil existe tanta desigualdade na distribuição de posse de terra entre mulheres e homens. Vamos fazer um esforço maior para que os direitos das mulheres à terra se tornem uma prioridade da luta do Movimento Sindical, dos Movimentos de luta pela Terra, das igrejas, das ONGs, e, sobretudo, prioridade para o Estado Brasileiro.

### **O que queremos mudar**

- 42** Embora o INCRA tenha instituído, a partir de 1998, mecanismos para garantir a titulação em nome do homem e da mulher, o sistema de pontuação utilizado para selecionar os beneficiários, continua privilegiando os homens.
- 43** Dados do INCRA revelam que de 1964 a 1996, apenas 12,6% de mulheres forma diretamente beneficiadas com a titulação da propriedade. Pesquisa recente da FAO/UNICAMP, em 2002, afirma que as mulheres representam 50% da população rural que desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas. No entanto, dos títulos distribuídos pelo INCRA, 87% estão em nome dos homens. Dos títulos das propriedades familiares consolidadas, 92% estão em nome dos homens.
- 44** Os programas de aquisição de terra também não alteraram este quadro de exclusão. Do público beneficiado pelos projetos Cédula da Terra e Crédito Fundiário, apenas 7% da documentação saiu em nome das mulheres e 93% em nome dos homens. Os casos em que as mulheres são beneficiadas, decorrem, quase sempre, da impossibilidade legal do homem ser o titular do crédito.
- 45** Mesmo o Brasil sendo pioneiro ao instituir a igualdade no direito de propriedade na Constituição Federal em 1988, os programas de aquisição de terra também não alteraram o quadro de exclusão das mulheres, até porque a incorporação do direito da mulher no documento é opcional. Isto demonstra que nem o Estado, nem o mercado são neutros quanto às questões de gênero e, com isso, as mulheres têm tido menos chances e vantagens de obter terras.
- 46** Outro problema freqüentemente relatado pelas trabalhadoras rurais é a forma como são tratadas pela maioria das entidades e/ou órgãos de assistência técnica e extensão rural que, além de adotarem práticas e tratos culturais de manejo do solo que degradam o ambiente, desrespeitam as culturas e saberes locais, sonegam informações e não consideram nos projetos o papel produtivo das mulheres e uma infra-estrutura produtiva que também incorpore as suas especificidades. A mesma queixa é feita, quanto ao atendimento nos bancos e órgãos de financiamento ( Banco do Brasil, Banco do Nordeste, etc) responsáveis pelos créditos .

### **Porque existe tanta desigualdade entre mulheres e homens no acesso à terra**

- 47** É importante compreender que estas desigualdades estão fundamentadas em aspectos culturais, estruturais e institucionais, tendo pôr base o modelo de família patriarcal e a divisão sexual do trabalho.
- 48** A ideologia patriarcal se sustenta na idéia de que o homem representa a família em todos os assuntos externos e é o administrador da propriedade familiar. Já a divisão sexual do trabalho fundamenta a idéia do homem ser socialmente reconhecido como agricultor e a mulher como doméstica ou "ajudante". Essa visão discriminatória revela uma profunda desigualdade nas relações entre mulheres e homens na agricultura familiar, uma vez que não valoriza e não reconhece a quantidade de tempo que as mulheres dedicam às atividades agrícolas e não-agrícolas produtivas. Muito menos atribuem um valor econômico ao trabalho doméstico, fundamental para viabilizar a agricultura familiar, não fazendo a inter-relação entre o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e a reprodução e manutenção da força de trabalho na agricultura familiar.
- 49** Essas ideologias de base patriarcal e da divisão sexual do trabalho também influenciam os órgãos governamentais, o sistema financeiro, e, especialmente, a lógica das ações de Reforma Agrária no Brasil. Ao ter como objetivo mudar a estrutura agrária no país a favor do fortalecimento e ampliação da Agricultura Familiar, os planejadores da Reforma Agrária entendem que ao beneficiar os homens estão, assim, beneficiando todos os membros da família, inclusive a mulher.
- 50** Esta prática discriminatória e excludente foi por muito tempo apoiada pelo Código Civil Brasileiro, instituído em 1918, que vigorou até 2002. Existia um "Estatuto da Mulher Casada", pelo qual a mulher casada não podia legalmente assinar um contrato, administrar um negócio ou realizar trabalho assalariado sem consentimento do marido. O novo Código Civil Brasileiro, que entrou em vigor a partir de janeiro de 2003, reconhece os avanços e as conquistas alcançadas pela luta das mulheres. Ele explicita a igualdade entre homens e mulheres perante a lei, estabelece a chefia compartilhada da família onde tanto o homem quanto a mulher podem representar os interesses da família, bem como dividir a responsabilidade pela administração de sua propriedade comum. Define ainda que tanto o homem quanto a mulher devem ser considerados representantes legais da propriedade, independente de estarem em relações de casamento ou em uniões consensuais.

### **Vantagens do direito de propriedade e da gestão compartilhada entre mulheres e homens**

- a)** Aumenta a auto-estima das mulheres;
- b)** Reconhece e dar visibilidade ao papel produtivo das mulheres na agricultura em regime de economia familiar;
- c)** Permite a redução da pobreza entre as mulheres;
- d)** Favorece a busca de um sistema de produção mais diversificado;
- e)** Possibilita aumentar a produtividade do empreendimento familiar ao assegurar à mulher o seu acesso à renda, crédito, assistência técnica e mais informação;
- f)** Melhora o nível de consumo e bem estar da mulher e seus filhos;
- g)** Possibilita melhorar a administração de recursos naturais em termos de sustentabilidade ambiental

- h)** Propicia maior investimento na saúde da mulher e dos filhos;
- i)** Melhora sua segurança na velhice e quando fica viúva. Ela pode arrendar a terra e ter uma fonte de renda;
- j)** Reduz os riscos de violência doméstica e sexual. A mulher camponesa com terra tem conseguido usar sua melhor posição diante do marido, acabando com casamento infelizes quando o comportamento do marido se torna violento.

**51** A MARCHA DAS MARGARIDAS torna-se um espaço de reafirmação da Reforma Agrária ampla e massiva e da Agricultura Familiar enquanto pilar para a construção do Desenvolvimento Sustentável solidário e incluyente. Deve, portanto, contribuir para desconstrução da herança do modelo familiar patriarcal, que concebe a vida pública e a propriedade como sendo exclusiva do masculino e a vida privada e doméstica como própria da mulher.

**52** Todas as entidades, organizações e movimentos que atuam no campo devem dar visibilidade a importância política das mulheres nos processos de Reforma Agrária. As demandas dos acampamentos e assentamentos devem ser organizadas de maneira que possam melhorar a qualidade de vida no campo, também para as mulheres.

#### **PROPOSTAS PARA AVANÇAR NO ACESSO DAS MULHERES A TERRA:**

- 53** Readequar o SIPRA (Sistema de Informações nos processos de Reforma Agrária ) para que forneça informações precisas sobre a titulação conjunta, considerando situações conjugais, mulheres chefes de famílias e mulheres solteiras;
- 54** Tornar obrigatória a titulação conjunta;
- 55** Emissão e titulação em nome do homem e da mulher, independente do estado civil do casal;
- 56** Realizar campanhas dirigidas às mulheres agricultoras sobre documentação e autodeclaração da profissão de agricultura;
- 57** Capacitar as pessoas responsáveis pela operação das ações de titulação para que orientem às/aos beneficiários da titulação conjunta, da mulher solteira ou chefe de família;
- 58** Priorizar nas ações de assentamento, as mulheres chefes de famílias;
- 59** Demarcar e criar novas áreas de reservas extrativistas;
- 60** Demarcar, homologar e desintrusar as terras indígenas e de remanescentes de quilombos.
- 61** Revogar a Medida Provisória Nº 2183-56 que proíbe a vistoria em áreas ocupadas;
- 62** Incentivar a participação das mulheres no fortalecimento e gestão de cooperativas de crédito, comercialização e consumo;
- 63** Garantir um ensino infantil, educação fundamental, ensino médio, profissional, baseado nas Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo;
- 64** Garantia de crédito diferenciado para as mulheres;

- 65** Ampliação dos recursos para a construção e melhoria de moradias e infraestrutura produtiva, especialmente aquelas que atendem às demandas específicas das mulheres, assegurando dignidade às famílias no campo;
  - 66** Políticas de prevenção e combate à violência sexista.
  - 67** Estimular a entrada das mulheres no Projeto Crédito Fundiário com tratamento diferenciado.
-

## MEIO AMBIENTE

Promover a sustentabilidade com a agroecologia e um novo padrão energético <sup>3</sup>

- 68** A história de nossa agricultura foi baseada na grande propriedade, na monocultura para exportação, no trabalho forçado dos escravos e no descaso com o meio ambiente. Diante da vastidão das terras, da abundância dos recursos naturais – matas e rios – nossos colonizadores adotaram práticas como se os recursos naturais fossem inesgotáveis. Empregaram tecnologias de cultivo da terra que não levavam em conta as características ecológicas do nosso meio ambiente tropical e não tiveram preocupação em conservar a nossa gigantesca biodiversidade.
- 69** Somos um país com muitas variações de cenários naturais. Mas passaram-se os séculos, e o modelo agrícola brasileiro continuou adotando uma lógica que provoca enormes impactos sociais e ambientais por todas as regiões e expulsa suas populações locais.
- 70** As práticas agrícolas introduzidas com as transformações provocadas pela chamada Revolução Verde levaram à homogeneidade, simplificação e artificialização extrema do meio natural. A utilização intensiva da mecanização, dos fertilizantes inorgânicos, dos agrotóxicos, dos equipamentos pesados de irrigação e de variedades híbridas de sementes provocaram grandes danos ambientais. A degradação dos solos, o comprometimento dos recursos hídricos, o desmatamento e destruição das matas e florestas, a redução da variedade de espécies, a contaminação dos alimentos foram as conseqüências que presenciamos nestas últimas décadas.
- 71** Desde a Revolução Verde, o Brasil intensificou um modelo insustentável de uso da terra e da água, com transferência de tecnologias que exploram e degradam a terra e os recursos hídricos.
- 72** Mais recentemente, tem havido a tentativa de liberação do plantio e consumo dos transgênicos <sup>4</sup> no país, com enormes riscos para a saúde humana, para a integridade de nossa biodiversidade e para a sustentabilidade econômica dos(as) agricultores(as).
- 73** Do ponto de vista da saúde humana podem provocar alergias alimentares ou resistência a antibióticos. O impacto no meio ambiente envolve riscos de produção de superpragas, de morte dos insetos benéficos a agricultura, de redução de variedades e de poluição genética.
- 74** O que é grave é que os efeitos na natureza são irreversíveis. Se é possível restabelecer o equilíbrio entre insetos-praga e seus predadores quando se interrompe o uso de agrotóxicos, o mesmo não acontece com os transgênicos. É impossível retirar da natureza os genes que foram introduzidos numa planta.

<sup>3</sup> Maria Emília Lisboa Pacheco. Este texto incorpora as contribuições das entidades - Fórum Carajás, ESPLAR e CONTAG. Tem também como referência artigos sobre a crítica ao modelo atual e a proposta de transição para a agroecologia, que integram os Anais do Encontro Nacional de Agroecologia, realizado, no Rio de Janeiro, Campus da UERJ, em julho de 2002. O livro Escritos sobre a Água, publicado em 2003, pelo Fórum Carajás também serviu de base para as reflexões, bem como informações do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

<sup>4</sup> Transgênicos são plantas e animais produzidos em laboratório. Por processos científicos são feitos cruzamentos de espécies que não seriam feitos naturalmente. Os laboratórios transferem características de uma planta para outra, ou de um animal para outro, ou de uma bactéria para outra.

- 75** Do ponto de vista econômico, a liberação das sementes transgênicas significa também que uma poucas multinacionais monopolizariam a produção das sementes e os(as) trabalhadores (as) ficariam subordinadas aos interesses dessas empresas. Há ainda o risco das empresas adotarem uma operação transgênica chamada Terminator, ou exterminador. Isto significa que as variedades transgênicas com características terminator produzem sementes estéreis, obrigando o (a) agricultor(a) a comprar novas sementes a cada safra.
- 76** Os impactos desse modelo agrícola do ponto de vista do meio ambiente, ocorreram ao mesmo tempo em que milhões de estabelecimentos agrícolas de agricultores(as) familiares, estimados em 4,8 milhões<sup>5</sup>, passaram a viver uma situação econômica precária, sem lugar nas políticas públicas.

### **A degradação e poluição dos solos e das águas**

- 77** A quantidade de água nos diferentes reservatórios do Planeta pode parecer gigantesca. No entanto, 97,5% deste volume total formam os oceanos e mares, sendo que somente 2,5% são de água doce. Desta parcela de água doce, 68,9% formam as calotas polares, geleiras e neves eternas, 29,95% são águas subterrâneas, 0,9% umidade dos solos, restando apenas 0,3% de água doce dos rios e lagos. Desta água potável disponível, 73% vão para a agricultura, restando 27% para consumo humano.
- 78** O Brasil conta com 53% da produção de água doce da América do Sul e 12% do total mundial. Infelizmente, para muitos, estes valores abundantes têm servido de suporte à cultura do desperdício e não realização de investimentos necessários à preservação de sua qualidade. Como pode ter problema um país que tem água? Como nós brasileiros a estamos tratando?
- 79** Na região **Sul e sudeste**, a disseminação generalizada do pacote tecnológico químico-mecânico provocou grandes impactos ambientais. As perdas de solo, por erosão, no Paraná, por exemplo, atingem uma média de 100 toneladas por ano. No Rio Grande do Sul, calcula-se que em 50 anos as áreas desertificadas poderão chegar a 211.000 ha. A soja tornou-se o emblema das mudanças da paisagem da agricultura na região sul. A expansão do seu cultivo não ocorreu apenas em áreas de lavoura mas também em áreas ocupadas com pastagens naturais. Houve diminuição das áreas de feijão, arroz, amendoim, mandioca e trigo. Nos estados do sudeste o plantio do eucalipto provocou o chamado "deserto verde", comprometendo a capacidade dos solos.
- 80** Entre 1954 e 1979, o consumo de agrotóxicos cresceu 421%. No Paraná, por exemplo, o aumento da produção agrícola entre 1970 e 1980 foi de 8,4%, enquanto o aumento no uso de fungicidas foi de 197% e herbicidas de 1346%. Um estudo no Rio Grande do Sul mostrou que um dos principais fatores que levam ao suicídio entre agricultores familiares é o uso de agrotóxicos.
- 81** O **semi-árido** é uma grande região em nosso país com 21 milhões de pessoas, em 1.031 municípios, situados no Norte de Minas Gerais e Espírito Santo, nos sertões da Bahia, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. A atividade pecuária, em grandes fazendas, formada pelo "coronel" e seus familiares, foi sua base econômica durante séculos. A expansão da agricultura deu-se principalmente pelo cultivo do algodão. As famílias de

---

<sup>5</sup> Censo Agropecuário 1995/1996.

trabalhadores desenvolviam uma pequena agricultura formada por cultivos alimentares e de uso doméstico.

- 82** As mudanças tecnológicas no semi-árido, foram mais localizadas e expressaram-se principalmente através dos grandes projetos de irrigação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a partir dos governos militares na década de 1960, e posteriormente com o Programa de Irrigação do Nordeste, a criação da Cia. de Desenvolvimento do Vale São Francisco. Os projetos de irrigação assumiram proporções crescentes. Com o tempo, foi se aprofundando a diferenciação e desarticulação entre os espaços da agricultura irrigada e as áreas de predomínio de agricultura de sequeiro. Consta-se hoje a decadência produtiva e econômica dos perímetros irrigados, resultado do esgotamento do padrão tecnológico, organizativo e gerencial adotado pelo DNOCS.
- 83** No semi-árido o recurso natural crítico é a água. Seu uso indevido na agricultura irrigada, a precariedade do gerenciamento e a poluição das fontes de armazenamento são grandes problemas. A degradação da vegetação e dos solos, acompanhada de um crescente processo de desertificação é bastante grave, comprometendo cerca de 181.000 km<sup>2</sup>. Nas áreas de agricultura irrigada, com a fruticultura voltada para a exportação, ocorrem problemas de contaminação por agrotóxicos e salinização das terras. As áreas atingidas por esses grandes projetos apresentaram taxas elevadas de crescimento econômico, mas às custas de grandes danos ambientais e exclusão social. O perímetro irrigado de Moxotó, em Pernambuco, por exemplo, em 1991, já apresentava 30% de suas terras salinizadas.
- 84** A **região dos Cerrados** corresponde a 22% do território nacional e constitui-se numa verdadeira caixa d'água, armazenando e distribuindo água para as grandes bacias hidrográficas. É o berço dos rios caudalosos como Paraná, S. Francisco, Araguaia, Tocantins.
- 85** A expansão dos cultivos mecanizados de soja e de arroz, aumentou em cem vezes as taxas de erosão do solo se comparadas com o solo com a cobertura natural do cerrado. A implantação de sistemas de irrigação nas chapadas e a drenagem das várzeas, junto com a destruição da vegetação ribeirinha e o aumento do escoamento artificial irá comprometer a perenidade dos rios, o abastecimento de água para as cidades.
- 86** A técnica de irrigação do chamado pivô central representa um consumo altíssimo de água. Um cálculo feito em estudo de 1988, mostra que, só no entorno do Distrito Federal a quantidade de água consumida por esta técnica era suficiente para abastecer uma população de 7,6 milhões de habitantes. O desmatamento para a exploração de madeira e de carvão vegetal e para a expansão da agricultura e da pecuária provoca também a destruição de uma enorme riqueza em espécies vegetais.
- 87** Na **região do Pantanal**, os planos e projetos implantados, como o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal, na década de 1970, também não tiveram a preocupação com o ambiente e com as populações que tradicionalmente aí vivem.
- 88** A expansão dos grandes empreendimentos agropecuários, principalmente aqueles baseados na monocultura como o arroz, cana de açúcar e principalmente a soja, têm degradado o meio ambiente, afetado a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras pantaneiros, comunidades indígenas e também a fauna e flora da



região. Esses empreendimentos utilizam de forma abusiva de insumos agrícolas e máquinas sem levar em consideração a estrutura dos solos e nem os cursos d'água da região.

- 89** Essas práticas provocam o desmatamento, "lavam" a fertilidade dos solos e causam a erosão; provocam o assoreamento dos rios com a deposição de sedimentos e provocam também a contaminação do lençol freático, das fontes e dos cursos d'água que formam o Pantanal.
- 90** Um dos principais mecanismos de desequilíbrio ambiental e exclusão social no Pantanal é o cercamento de terras que impede o movimento migratório dos animais silvestres e do gado bovino, provocando o sobrepastoreio e o desequilíbrio das espécies vegetais. Além disso as cercas têm causado a inviabilidade dos pastos de uso comum na região. Esses espaços garantiam a reprodução das famílias que não tinham espaços próprios suficientes para a criação de animais necessários para a sua sobrevivência. A mudança desse quadro de degradação socioambiental requer a redefinição das formas de apropriação e uso dos recursos naturais, com a participação efetiva das populações locais.
- 91** A **Amazônia**, que concentra a maioria das florestas tropicais brasileiras, tem 60% do total da floresta amazônica na América do Sul. Mas, os dados sobre desmatamento mostram que já foram eliminados cerca de 587 mil km<sup>2</sup> de florestas na região, e a média dos últimos sete anos é da ordem de 17,6mil km<sup>2</sup>. O desmatamento não ocorre de forma dispersa mais concentra-se numa área conhecida como " arco do desflorestamento". Se até o final da década de 80 o principal fator de degradação da Amazônia foi a expansão da fronteira agropecuária, a partir dos anos 90, a exploração madeireira passa a ser o fator dominante.
- 92** Por outro lado a expansão da soja constitui-se numa séria ameaça para a região.No período de 1997 a 2000, em Rondônia, por exemplo, a produção e soja cresceu de 4,5 mil toneladas para 45 mil toneladas, ou seja, um crescimento de 900% em três anos.
- 93** As 262 áreas de proteção legal são mal distribuídas, aumentando o risco da vulnerabilidade de espécies. A proposta atualmente no Congresso de redução de áreas de unidade de conservação e de áreas indígenas representa uma grande ameaça para a preservação ambiental e das populações tradicionais.
- 94** A Região de Carajás, que abrange partes dos Estados do Pará, Tocantins e Maranhão, é um exemplo das várias faces da exploração social, ambiental e econômica da Amazônia. A Estrada de Ferro Carajás viabilizou a implantação de grandes projetos florestais, siderúrgicos, agropecuários, madeireiros, etc., Milhares de famílias foram expulsas da terra ou tiveram seu modo de vida comprometido. Além disso, os garimpos nessa região propiciaram a formação de uma ampla rede de exploração sexual e prostituição infanto-juvenil. A bovinocultura na região dos cocais substituiu as palmeiras de babaçu por pastagens afetando o trabalho das mulheres, bem como o cercamento das áreas para expansão da pecuária impediu as quebradeiras de coco de trabalharem. Os búfalos criados de forma extensiva na Baixada Maranhense destrói roças e áreas usadas pelas mulheres para lavar roupa.

## **A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA E O MODELO ENERGÉTICO INSUSTENTÁVEL**

- 95** No início desse novo milênio estamos também diante de um novo desafio – a crise da água. O Brasil tem uma situação privilegiada, cerca de 18% do potencial de

superfície do planeta, mas a água não é abundante para todos(as) brasileiros(as) em quantidade e qualidade. O Brasil é rico também em ventos, sol e biomassa ( de produtos como cana de açúcar, dendê, etc.) mas nossos governantes escolheram produzir energia através de grandes barragens.

- 96** As usinas hidrelétricas construídas até hoje resultaram em mais de 34.000km<sup>2</sup> de terras inundadas para a formação de reservatórios e expulsaram cerca de 200.000 famílias. Ou seja, esses projetos governamentais são na prática a negação da Reforma Agrária, da preservação e manejo sustentável dos recursos naturais.
- 97** A energia elétrica atende a cerca de 92% dos domicílios no país. A produção de energia é realizada por usinas hidrelétricas e termoeletricas, sendo que as usinas hidrelétricas respondem, por cerca de 97% da energia elétrica gerada.
- 98** As barragens e hidrelétricas vão na contramão da sustentabilidade. A alternativa hidrelétrica era apresentada como fonte energética limpa, renovável e barata, e cada projeto justificado em nome do interesse público. Mas as obras provocaram deslocamento forçado de populações, acompanhadas por compensações financeiras precárias. O processo de reassentamento, quando houve, não assegurou as condições de vida antes existentes.
- 99** Do ponto de vista ambiental, os gases dos reservatórios contribuem para aumentar o efeito estufa com o apodrecimento da flora submersa. Em alguns casos, como em **Tucuruí, no Pará**, a proliferação de insetos, gerou sérios problemas de saúde
- 100** Tucuruí, pertence à estatal Eletronorte, e continua, por força de contrato a subsidiar a energia consumida por corporações exportadoras de alumínio. O produto, cujo componente de custo maior é justamente a energia gasta no seu processo, é em sua maioria exportado, em dólares que geram um tremendo lucro. A venda é destinada aos países ricos, como o Japão, que há cerca de 20 anos começou a transferir a países empobrecidos seus sistemas de produção de alumínio, justamente porque estes causam impacto e custos socioambientais que recaem sobre a população local.
- 101** No **Mato Grosso**, depois de cinco anos de negociação, teve início o cadastramento de mais de 1.000 famílias prejudicadas pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Manso, depois de muita mobilização e luta do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O local cedido para os desabrigados, no entorno do lago do Manso, tem cerca de 90% do solo arenoso, inapropriado para o plantio.
- 102** Os 11 municípios atingidos pela construção da **Usina Hidrelétrica Machadinho, na região sul** entraram com processo junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) pedindo o cancelamento da licença de operação do complexo até que sejam indenizados pelos danos ambientais causados pela obra. A usina, construída entre 1996 e 2001, provocou o desaparecimento de centenas de cachoeiras e reduziu o nível de água em algumas cidades.
- 103** A redução da população rural - 1,5 mil pessoas deixaram os municípios - e o aumento da população urbana, com a vinda de operários que trabalharam na obra, também teriam ocasionado problemas de saúde e segurança para os municípios atingidos pela obra.

- 104** Um estudo mostrou que as detonações feitas na área reduziram em 42% o nível das fontes de água potável, e, em algumas comunidades, a água desapareceu dos poços. Também foram alagadas cerca de cem cachoeiras que integravam o potencial turístico e esportivo do município - algumas delas, com quedas de mais de 70 metros de altura.
- 105** O argumento das empresas tem se centrado no deslocamento da produção agrícola diversificada para a exploração do turismo ecológico do lago. Além de desconsiderarem a realidade de sucateamento das propriedades rurais pela instalação das barragens, não levam em conta a dificuldade da mudança drástica de um modo de vida dos agricultores que querem transformar em agentes de turismo. A privatização das barragens dá a empresa o controle sobre as definições com relação aos usos da água. Este poder sobre o território tem sido um dos principais fatores de acirramento dos conflitos. As barragens desestruturam o modo de vida dos agricultores .
- 106** Os governos anteriores decidiram retomar os estudos de impacto ambiental para a construção da mega-hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu. Belo Monte é o novo nome para o projeto da antiga usina de Kararaô, que acabou posto de lado. Em 1989, para protestar contra a sua construção, a índia caiapó Tuíra encostou um facão no pescoço de um diretor da Eletronorte.
- 107** Um estudo do Instituto Socioambiental (ISA) diz que "Belo Monte é um cavalo de Tróia, porque outras barragens (no Xingu) virão depois, modificando totalmente e para pior a vida na região". Prejudicará nove povos indígenas que têm reservas na área, mais os caiapós, além de muitas populações tradicionais ali assentadas.
- 108** São muitos os questionamentos . Exemplos: todo o ciclo ecológico na região será afetado, inclusive o regime hidrológico; nem de longe será criado o número de empregos prometidos (25 mil diretos, 75 mil indiretos - no máximo, serão 5 mil, numa cidade que já tem 20 mil desempregados); o maior beneficiário será o setor de alumínio, que já consome 8% da energia gerada no País e cria 70 vezes menos empregos que a indústria de alimentos e bebidas ou 40 vezes menos que a indústria têxtil; o custo da energia gerada está muito subestimado (seria duas vezes e meia maior), assim como os custos da implantação, que ainda precisam incluir a linha de transmissão (mais US\$ 2 bilhões).
- 109** O Plano Decenal de expansão da Eletrobrás - 1999/2008 prevê a construção de mais de 156 usinas. A Bacia Araguaia-Tocantins é a que concentra o maior número de planos - 50 barragens, com inundação prevista de 12.000km<sup>2</sup> e remoção de 100.000 famílias. Já há obras em curso provocando destruição com os projetos de Lajeado, Serra da Mesa. Lajeado, no rio Tocantins, é a primeira hidrelétrica privada construída. O Ministério Público havia entrado com uma ação para que as comportas fossem abertas só depois de solucionar as pendências pela empresa - as famílias desalojadas não tinham casa até o ano passado.

### **A construção de novos caminhos**

- 110** Uma alternativa sustentável de desenvolvimento que poupe os recursos naturais, não polua o meio ambiente e ao mesmo tempo responda às necessidades de produção e geração de renda para o(a) agricultor(a) familiar é o caminho ou a transição para a agroecologia. Temos hoje o grande desafio de fazer crescer a consciência social agroecológica numa força política capaz de transformar as milhares de experiências espalhadas pelas várias regiões do país em políticas públicas para a agricultura familiar.

- 111** Esse modelo de promoção da sustentabilidade, de uma nova estratégia de desenvolvimento agrícola, baseia-se em princípios da sustentabilidade ambiental e de equidade social. Os processos de gestão e manejo dos recursos naturais é realizado de forma harmoniosa com as características específicas dos vários ecossistemas.
- 112** A mudança da matriz de alto insumo energético ( fertilizantes, agrotóxicos) e de simplificação ecológica para a matriz de baixo uso de insumos energético e de diversidade ecológica, o resgate e diálogo com o saber e cultura dos(as) agricultores(as) é um aspecto central desta proposta. A generalização dessa nova matriz significa redirecionar o ensino agrônômico e agrotécnico no país; reconstruir uma nova concepção de assistência técnica, que seria mais adequado chamar de geração participativa de tecnologias adaptadas; capacitar técnicos(as) e reconhecer o papel dos(as) agricultores(as) experimentadores(as). Significa ter como ponto de partida os diferentes sistemas de produção nos vários cenários dos nossos ecossistemas e o papel das mulheres. É preciso que a sustentabilidade ambiental caminhe junto com a equidade de gênero.
- 113** Calcula-se que hoje 1% dos estabelecimentos familiares existentes no Sul, cerca de 8.000 a 10.000 produtores(as) estejam engajados nos processos de transição agroecológica. O resgate, adaptação e disseminação de variedades locais; a rotação, o consorciamento e diversificação de cultivos; as práticas ecológicas de manejo de solos; a utilização de caldas e biofertilizantes no controle de pragas e doenças; a criação de suínos ao ar livre; a homeopatia de uso animal; o manejo de sistemas agroflorestais; o cultivo de plantas medicinais; a certificação participativa ecológica dos produtos são alguns instrumentos hoje utilizados no processo de reestruturação dos sistemas produtivos da região com um enfoque ecológico. A Rede Ecovida, constituída de inúmeras organizações de produtores(as), o movimento de mulheres, tem um papel ativo nesse processo.
- 114** A Articulação do Semi-árido, da qual fazem parte centenas de entidades associativas, sindicais, ONGs, propõe a implantação do Programa de Formação e Mobilização Social para a convivência com o semi-árido que inclua:
- a)** construção de um milhão de cisternas rurais como uma política pública de democratização e acesso à água de qualidade pelas famílias;
  - b)** incorporação nas políticas públicas das várias propostas de captação, armazenamento, aproveitamento e manejo da água desenvolvidas pela sociedade civil;
  - c)** oposição a transposição de bacias e a favor da revitalização e da gestão participativa das mesmas;
  - d)** oposição à privatização da água.
- 115** Com relação à preservação e uso sustentável dos recursos naturais, defendem, dentre outras propostas, a preservação de Unidades de Conservação de no mínimo 10% do bioma caatinga; a elaboração de um plano de combate à desertificação.
- 116** Os sistemas agroflorestais no contexto do agroextrativismo passaram a constituir-se numa estratégia-chave no desenvolvimento agrícola da Amazônia como contraponto ao modelo predatório em vigor. Várias categorias de trabalhadores(as) afirmaram sua identidade coletiva nos últimos anos – quebradeiras de coco, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, quilombolas, pescadores – como sujeitos da questão ambiental na Amazônia. Organizados em

sindicatos e associações, desenvolvem experiências de conservação e manejo dos recursos naturais e defesa de seus territórios.

**117** A insustentabilidade da tradicional política de financiamento rural deu lugar recentemente a uma proposta alternativa de política pública – o PROAMBIENTE. Debatido pelas FETAGS – Federações dos Trabalhadores na Agricultura dos nove estados da Amazônia (Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Tocantins, Pará, Amazonas, Maranhão e Mato Grosso) com o apoio de ONGs, o programa prevê o apoio para a produção sustentável, através da cobertura dos custos ambientais e a remuneração dos serviços ambientais que os(as) trabalhadores (as) prestam à sociedade. Entre os serviços ambientais que o programa apóia estão: desmatamento evitado, conservação da biodiversidade, conservação de solo, etc.

### **Propostas**

**118** Adotar a visão agroecológica como referência para a construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável; incentivar práticas agroecológicas de iniciativas das mulheres, garantindo o acesso à créditos, capacitação, tecnologias e assessoria técnica

**119** Exigir medidas reparatórias dos impactos ambientais causados pelos grandes projetos, como a contaminação dos recursos hídricos e do solo por agrotóxicos, o comprometimento da biodiversidade e a expulsão das populações rurais e ribeirinhas por hidrelétricas e barragens, pelo cultivo de eucalipto, soja e algodão, etc.

**120** Realizar plebiscitos oficiais, pelas câmaras de vereadores, Assembleias Legislativas e Conselhos de Meio Ambiente, sobre a implantação de grandes projetos. Os plebiscitos deverão ser antecedidos por campanhas de esclarecimentos e estudos rigorosos sobre os impactos ambientais de referidos projetos.

**121** Garantir e estimular a participação das mulheres nos Conselhos de Meio Ambiente e nos Comitês de Bacias Hidrográficas, enquanto espaços de formulação e gestão das políticas de manejo sustentável dos recursos hídricos.

**122** Ampliar o acesso das mulheres ao Programa 1 Milhão de Cisternas, que vem sendo implementado na região do semi-árido.


**123** Garantir a transversalidade de gênero e a participação das mulheres no PROAMBIENTE, no PROTEGER e no PDHC.(Projeto de convivência para o semi-árido Dom Hélder Câmara)

**124** Criar programas de capacitação de mulheres pra qualificar a participação nos espaços institucionais de discussão sobre o Meio Ambiente.

**125** Promover a criação e a demarcação de reservas extrativistas, enquanto estratégia para garantir o acesso das mulheres a terra e aos recursos naturais, especialmente a matéria prima para os grupos produtivos artesanais e extrativistas.

**126** Criar uma Lei Federal de proteção aos babaçuais, assegurando o livre acesso das extrativistas a estas áreas.

**127** Criar uma Lei Federal que assegure o livre acesso da população aos recursos hídricos, independentemente de estas estarem em áreas privadas.

- 128** Promover uma campanha voltada às mulheres trabalhadoras rurais, sobre os riscos da produção transgênica e da utilização de agrotóxicos e defender a moratória dos transgênicos;
- 129** Realizar a campanha sobre os grandes responsáveis pelo uso incorreto e pelo desperdício de água (hidrelétricas, irrigação, desmatamento, grandes indústrias).
- 130** Criar políticas de educação ambiental e sensibilização sobre a utilização adequada de água.
- 131** Reestruturar os órgãos ambientais para que estes possam atender às demandas ambientais, com enfoque em gênero.
- 132** Potencializar as hidrelétricas já existentes no lugar de construir novas centrais e reduzir as perdas do sistema elétrico. Reduzir as atuais perdas no sistema elétrico brasileiro, em torno de 15%, para níveis próximos do padrão internacional (6%) – significa economizar o equivalente a uma usina de 6.500 MW.
- 133** Elaborar planos regionais de desenvolvimento com a participação dos (as) atingidos(as) pelas barragens para discutir os recursos aplicados na construção das barragens em cada área;
- 134** Propor nova matriz de produção de energia dentro de um novo modelo de desenvolvimento: geração de energia solar; geração de energia eólica ( energia dos ventos) que apresenta grande potencial sobretudo nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul; geração de energia a partir da biomassa ( casca de arroz, serragem, etc); construir pequenas hidrelétricas em lugar das grandes.
- 

## SALÁRIO MÍNIMO

### POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

#### uma política possível e necessária

- 135** O Brasil é um dos países com mais alta concentração de renda do mundo. Esta concentração de renda tem dois efeitos perniciosos: o primeiro, e mais visível, é a exclusão social e a situação de miséria a que está exposta grande parte da população brasileira. A segunda, menos discutida mas igualmente cruel, é que a concentração de renda vem se transformando em um dos fatores que inibem o desenvolvimento das potencialidades econômicas e sociais do País.
- 136** Uma das conseqüências diretas da concentração de renda é a redução do mercado consumidor brasileiro. Ou seja, o número de pessoas que podem adquirir bens e serviços, especialmente os industrializados, é pequeno em face de população total. O resultado disto é que aumenta os riscos de quem investe na produção, que passa a depender mais do mercado externo do que do interno para poder vender a sua produção. Além disso, ao invés de investir em ganhos de produtividade (produzir mais, vendendo mais barato) os setores produtivos passam a tentar lucrar aumentando o preço dos seus produtos (produzir menos, vendendo mais caro).
- 137** Assim, a concentração de renda está no centro dos principais problemas brasileiros: inflação, a falta de poupança interna, a dependência de capital externo, a inexistência do desenvolvimento auto-sustentado, a exclusão social, a violência e a criminalidade, a miséria e a fome.
- 138** Para que haja inclusão social é preciso implementar políticas macro-econômicas dirigidas à redução da concentração de renda. O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável prevê três políticas centrais neste sentido: a realização de uma ampla e massiva Reforma Agrária, com a democratização do ativo terra e a inclusão de milhares de famílias no sistema produtivo; a ampliação, fortalecimento e valorização da agricultura familiar, com atenção especial para os setores ainda não consolidados, para a geração de renda no campo e aumento da produtividade; e a valorização do salário mínimo, como instrumento de melhoria das condições de vida e de trabalho para os assalariados e assalariadas rurais e para os aposentados, aposentadas e pensionistas da Previdência Social.
- 139** Por entenderem que a economia não é um fim em si mesmo, mas sim um instrumento para a melhoria das condições de vida e trabalho dos brasileiros e brasileiras, as entidades que promovem a Marcha das Margaridas defendem que o valor real do salário mínimo seja dobrado no período de quatro anos. Este aumento real do poder de compra do salário mínimo deve ser acompanhado de políticas concretas que assegurem uma efetiva distribuição de renda, ganhos em produtividade e que impeçam o repasse deste aumento para os preços.

### O QUE É O SALÁRIO MÍNIMO

**140** A função do salário mínimo está definida no art. 7º da Constituição Federal, nos seguintes termos:

- i) IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos*

*que lhe preserve o poder aquisitivo, sendo vendada a sua vinculação para qualquer fim;*

**141** Como se pode ver acima, o salário mínimo não tem por objetivo apenas comprar a cesta básica para alimentação. Ele deve ser um importante parâmetro para a qualidade de vida do trabalhador e de sua família, assegurando todas não apenas as suas necessidades básicas, como também incentivando o seu desenvolvimento pessoal, quando prevê itens como educação e lazer.

**142** Não é difícil perceber que o salário mínimo está muito longe de cumprir com o previsto na Constituição Federal. Quem ganha o mínimo, gasta muito mais da metade com a alimentação e aí praticamente não sobra nada para as demais necessidades, que é a moradia, educação, saúde, lazer, etc.

**143** Assim, quando falamos em melhorar o poder aquisitivo do salário mínimo, estamos defendendo a proposta de que a Constituição deve ser respeitada e o valor do salário mínimo deve se aproximar ao máximo da quantia necessária para que o trabalhador e sua família possam ter assegurada uma boa qualidade de vida.

### **UMA PEQUENA HISTÓRIA DO SALÁRIO MÍNIMO**

**144** Desde o começo do século passado havia uma luta dos trabalhadores para a criação do salário mínimo. Quando foi criado, em 1940, o Salário Mínimo valia, em moeda de hoje, R\$ 661,00. O mínimo de 2003 é de R\$ 240,00, um terço do poder aquisitivo que tinha que valia no seu início.

**145** Para as mulheres, o mínimo já começou mal. Em 1940, a lei autorizava os patrões a pagarem para as mulheres 10% a menos do que para os homens. A desculpa esfarrapada para o desconto de 10% era o gasto da empresa com "higiene e proteção" das mulheres. Traduzindo, cobrava-se das mulheres o gasto com um lugar para elas darem de mamar aos bebês. Que na maioria das empresas, como hoje, não existiam.

**146** Essa diferença de salário reafirmava uma posição de inferioridade das mulheres no mundo do trabalho e reforçava suas obrigações de mãe. O desconto de 10% só caiu em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**147** De 1940 a 1952, o Salário Mínimo ficou sem reajuste e perdeu muito de seu valor diante da inflação.

**148** A entrada crescente da mulher no mercado de trabalho tornou-se uma realidade. Mas os governos e os patrões usavam o argumento de que a mulher trabalhava apenas para complementar a renda do marido para justificar a continuação da discriminação contra elas, que recebiam salários menores. Até hoje, no campo brasileiro, é comum que a produção da mulher no trabalho assalariado seja computado como parte da produção do marido. É o caso do proprietário que contrata o vaqueiro ou caseiro, contando com o trabalho doméstico não remunerado da esposa do trabalhador.

**149** A mesma discriminação era aplicada aos negros, sob a desculpa de que eram preguiçosos ou incapazes de aprender as tarefas "mais difíceis", não sendo portanto de confiança, desculpa para explorar o seu trabalho em níveis até piores do que o que se fazia com os escravos.

**150** Depois de 1950, os sindicatos e as lutas sociais se organizaram melhor, de forma que em 1957 conseguiram para o mínimo brasileiro o maior valor de sua história: R\$ 817,00, em moeda de hoje.



- 151** A partir de 1964, a ditadura militar tratou de manter os salários bem baixos, para proveito das grandes propriedades agrícolas, a indústria nacional e as indústrias estrangeiras que chegavam em busca de custos baixos para ter grandes lucros. A partir daí o mínimo foi caindo, perdendo o seu poder aquisitivo diante da inflação.
- 152** Na década de 60, a participação da mulher no mercado do trabalho tornou-se irreversível. Ao fim da década, as mulheres já compunham 28% da população trabalhadora. A presença da mulher no mercado do trabalho era incentivada pela grande oferta de empregos, em um mercado de trabalho em expansão.
- 153** O velho discurso para justificar a discriminação, calcado na dependência do marido, cada vez mais insustentável. Criaram-se, então, formas mais sutis de discriminação, como a não presença das mulheres nas funções de liderança e gerência executiva, a desvalorização das profissões consideradas femininas (o médico deve ganhar mais que a enfermeira; o piloto mais que a aeromoça, etc.).
- 154** O fortalecimento dos movimentos feministas foi um fator importante para que este discurso fosse desmascarado, tendo se alcançado, ao menos ao nível legal, a proibição de qualquer discriminação em função do sexo. Mas como é sabido, esta igualdade legal ainda está muito longe de se concretizar na prática, continuando a estar no centro das reivindicações das mulheres, urbanas e rurais, em todo mundo.
- 155** Em 1973, de cada 100 mulheres trabalhadoras, 55 recebiam até um salário mínimo. Entre os homens, de cada 100, os que ganhavam até um mínimo eram 40.
- 156** Na década de 1980, o país passou por grave crise econômica, com inflação descontrolada, desemprego e piora das condições de vida da classe trabalhadora.

### **A IMPORTÂNCIA DO SALÁRIO MÍNIMO PARA O CAMPO BRASILEIRO**

- 157** No meio rural, o salário mínimo é importante para a remuneração de significativa parcela dos assalariados e assalariadas rurais, para o valor dos benefícios previdenciários (aposentados, aposentadas, pensionistas, salário maternidade, etc) e nas atividades da agricultura familiar. São 5 milhões de assalariados e assalariadas rurais e 6,8 milhões de beneficiários da Previdência Social que apresentariam uma melhoria imediata na sua qualidade de vida, caso ocorresse um aumento real no valor do salário mínimo.
- 158** No caso dos benefícios previdenciários rurais, o efeito positivo da melhoria do valor real do salário mínimo seria imediato e de grande amplitude. A Previdência Social chega em praticamente todos os municípios do país e, em mais de 60% deles, os valores dos benefícios previdenciários superam o valor repassado ao município a título de FPM – Fundo de Participação do Município.
- 159** Os benefícios pagos aos rurais, tem sido uma fonte de recursos fundamental no processo de dinamização das economias dos municípios, gerando emprego, notadamente no comércio local e serviços, incentivando as cadeias produtivas dentro do próprio município. Cada benefício pago pela Previdência beneficia, em média, 3,5 pessoas, ou seja, o próprio beneficiário e mais outras 2,5 pessoas que vivem no seu entorno social. Isso representa aproximadamente 22 milhões de pessoas sendo beneficiadas, direta ou indiretamente, por esses benefícios. Além de ser um eficiente sistema de distribuição de renda, os benefícios rurais tem ajudado a fixar homens e mulheres no campo diminuindo, assim, o êxodo rural e a

conseqüente pressão sobre as grandes cidades. Contribuem ainda, para a redução do nível de pobreza do País. Em 1988 o Brasil tinha 45,3% de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza. Em 1999 este índice caiu para 34%.

### **IMPORTÂNCIA DO SALÁRIO MÍNIMO PARA AS MULHERES TRABALHA-DORAS RURAIS.**

**161** A luta por salário igual é uma luta histórica das mulheres. Todos os estudos e pesquisas comprovam que, no mundo do trabalho, existe um claro recorte de gênero e de cor, com mulheres e negros ganhando menos do que homens e brancos. Não é preciso muito esforço para perceber que as mulheres negras estão na pior colocação dentro do mercado de trabalho em termos de remuneração.

**162** As mulheres são a maioria dos que ganham salário mínimo. Por isso, o aumento do mínimo também pode ser uma ferramenta poderosa para combater a pobreza das mulheres. A valorização do salário mínimo representa ganhos concretos para as mulheres, representando melhoria nas condições de vida e maior independência financeira, social e pessoal e a melhora de sua auto-estima.

### **RESISTÊNCIAS AO AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO**

**163** Até aqui falamos dos impactos positivos do aumento do salário mínimo. Porém, é importante analisar os argumentos daqueles setores que afirmam ser impossível um reajuste significativo no salário mínimo.

**164** As pequenas empresas afirmam que têm dificuldade para pagar um salário mínimo maior, especialmente as das regiões Norte e Nordeste. Entretanto, esses impactos podem ser amenizados se houver políticas de incentivo à produtividade e qualidade das micro e pequenas empresas, num cenário de crescimento econômico sustentado.

**165** Os governos municipais afirmam não ter como arcar com o aumento das contas públicas, decorrentes do aumento do salário mínimo. Entretanto, o volume adicional de gasto público municipal decorrente de elevações do salário mínimo pode ser compensado pelos ganhos decorrentes do aumento da arrecadação e da movimentação provocada pelo incremento nos benefícios previdenciários, especialmente os rurais.

### **O aumento do salário mínimo e a inflação**

**166** Dizem que uma mentira, de tanto ser repetida, acaba virando verdade. Os patrões e os governos ligados aos seus interesses, sempre utilizaram o discurso de que o salário mínimo provoca inflação, o que acaba prejudicando a toda a sociedade e de nada adianta para quem depende do salário mínimo para viver. Não por coincidência, toda vez que este discurso é utilizado, o poder de compra do salário mínimo é reduzido. Pior de tudo é que muitos trabalhadores e trabalhadoras, sem nem perceber, adotam o discurso das elites e passam a temer o aumento do salário mínimo, por suas conseqüências no aumento do preço das coisas.

**167** Esta lorota toda esconde uma verdade cruel: há muitos anos que o salário mínimo não é aumentado. Na verdade ele é, quando muito, reajustado, ou seja, recupera o valor que perdeu em função do avanço da inflação. Poucas foram as vezes, nos últimos anos em que o salário mínimo teve um aumento acima da inflação.

- 168** Para entender este processo, é preciso entender as causas da inflação e entender que ela não é um processo neutro, nem um fato da natureza que não pode ser modificado. Ela depende, em grande parte, das ações dos setores econômicos (produtivo, financeiro, etc.) e do próprio governo.
- 169** Quando os preços começam a aumentar, dizemos que a inflação está aumentando. Quase sempre, os preços aumentam por causa da ganância das empresas que aumentam os preços dos produtos para aumentar seus lucros. Em certas ocasiões, elas começam a vender menos e aí o lucro cai. Então elas aumentam os preços para continuar ganhando igual, mesmo vendendo menos. As empresas fornecedoras de luz, água, telefone também aumentam as suas tarifas e seus lucros.
- 170** Uma outra causa de aumento de preços acontece quando tem mais gente podendo e querendo comprar e não há produtos suficientes nas prateleiras. No início do Plano Real isso aconteceu. E por que faltavam esses produtos nos mercados? Porque as fábricas não estavam preparadas para atender esses novos compradores, não tinham máquinas nem funcionários suficientes. Ou, então, porque só estavam preparadas para produzir produtos de luxo.
- 171** Sabemos que um aumento do salário mínimo, para R\$ 480,00 por exemplo, sem que fossem tomadas as medidas prévias necessárias nas diversas áreas (produção, previdência, etc) poderiam gerar desequilíbrios graves, anulando os efeitos benéficos da medida. Para evitar essa situação de muita procura e pouca oferta de produtos é que estamos propondo aumentar o salário mínimo progressivamente e não de uma vez. Estamos também propondo que se estabeleçam políticas de incentivo dirigidas aos ganhos de produtividade e à ampliação da produção no país, especialmente de bens de consumo de massa.

### **Os impactos do aumento do salário mínimo sobre a Previdência Social**

- 172** O esforço para dobrar o valor do mínimo em quatro anos vale a pena, considerando que vai alcançar mais de 35 milhões de brasileiros. A desculpa utilizada pelos governos anteriores de que isto quebraria a Previdência Social não é verdadeira. A maioria dos estudiosos aponta como falsas as afirmações de que o Regime Geral da Previdência Social encontra-se em crise e apresentando déficits. Na verdade, o orçamento da Seguridade Social (previdência social, assistência social e saúde) é superavitário. O problema é que os governos gastam os recursos destinados especificamente ao sistema securitário (Cofins, CPMF, por exemplo) em outras atividades, incluindo o pagamento dos juros das dívidas interna e externa.
- 173** Os problemas da Previdência Social precisam ser resolvidos no âmbito do sistema, com a moralização e racionalização do sistema, bem como através de políticas que estimulem a formalização das relações de trabalho e a ampliação da base contributiva.

### **NOSSA PROPOSTA PARA O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO**

- 174** Estabelecer uma política nacional permanente de valorização e ampliação do poder aquisitivo do salário mínimo.
- 175** Combate à informalidade, de forma a incluir as trabalhadoras e trabalhadores na Previdência Social e garantir os seus direitos trabalhistas, reduzindo a precariedade das relações no mercado de trabalho.

**176** Combate à sonegação das contribuições para a Seguridade Social e realizar a cobrança da dívida ativa da Previdência Social, para assegurar os recursos necessários para o aumento do salário mínimo.

**177** Dobrar o valor real do salário mínimo em quatro anos. Isso deve ser feito de 2004 a 2007, promovendo a cada ano um aumento real de 20% do valor do Salário Mínimo.

---

## SAÚDE PÚBLICA COM ASSISTÊNCIA INTEGRAL A MULHER

### SUS – Sistema Único de Saúde e Modelo Assitencial\*

- 178** A Constituição de 1988 representou um grande avanço no reconhecimento da universalidade dos direitos sociais. Pela primeira vez na história do país saúde, educação e previdência social foram vistos como direitos de todos (as) brasileiros (as) e sob a responsabilidade do Estado.
- 179** Está na Constituição, nos artigos 196 a 200, que: "Saúde é um direito de todos e dever do Estado". Deliberou ainda sobre a universalização da saúde, acabando com a discriminação que só garantia atendimento a quem estivesse devidamente registrado no mercado formal de trabalho. Quem não tinha carteira de trabalho assinada era tratado como indigente.
- 180** As Leis 8.080/1990 e 8.142/1990, conhecidas como Lei Orgânica da Saúde, determinam a criação do SUS - Sistema Único de Saúde, que deve assegurar o fácil acesso, gratuito e de boa qualidade, comprometido com a solução dos problemas de saúde de toda a população, rural e urbana.
- 181** Esta conquista é fruto da luta do Movimento pela Reforma Sanitarista, Movimento de Mulheres, Movimento Sindical e Movimento Popular, que desde a década de 70-80 vem questionando o modelo de assistência à saúde pública no Brasil. Foi a partir dessas lutas que surgiram a proposta do SUS – Sistema Único de Saúde e o PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher.
- O SUS é organizado de acordo com os seguintes princípios:**
- 182** Universalidade: deve atender todo e qualquer cidadão e cidadã, indistintamente de classe social, sexo, idade, raça, etnia, credo, etc.
- 183** Integralidade: planeja e realiza ações preventivas e curativas, relacionadas a saúde das pessoas ao longo de suas vidas.
- 184** Equidade: assegura a todas as pessoas, sem privilégios ou barreiras, ações e serviços dos vários níveis de complexidade, conforme a necessidade requerida em cada caso (exames, cirurgias, tratamentos especializados, etc).
- 185** Descentralização, com direção única em cada esfera de governo: desloca o poder de decisão para quem é responsável pela execução das ações ao nível do município (Secretaria Municipal de Saúde), estado (Secretaria Estadual de Saúde) e Governo Federal (Ministério da Saúde).
- 186** Participação da comunidade no controle social: assegura o direito de participação de todos e todas na tomada de decisão sobre as políticas de saúde, ao nível do município, estado e União. Para tanto foram criados os conselhos e conferências de saúde que são espaços institucionais paritários com representantes das usuárias, prestadores de serviços, profissionais de saúde e gestores.
- 187** A Lei Orgânica da Saúde determina ainda que o SUS deve ser formado por uma rede de serviços (postos e Centros de Saúde; hospitais públicos, filantrópicos ou privados; clínicas especializadas e laboratórios). Essa rede de serviços envolve, portanto, a contratação de serviços privados, quando o serviço público não estiver implantado ou for insuficiente para atender as demandas da população. Os serviços privados contratados pelo SUS devem funcionar de acordo com as mesmas normas do serviço público e submetidos aos gestores do SUS (Ministério da Saúde ou Secretarias de Saúde).

**188** Contudo, o processo de implantação do SUS, na maioria dos municípios brasileiros, foi totalmente atropelado. Durante o governo de FHC implementou-se a reforma do Estado, que na saúde se traduziu na NOB/96 (Norma de Operação Básica), que não somente elaborou novas diretrizes para a gestão, mas impôs modelos de atenção à saúde. A seguir, criou-se também a lei federal 9637/98 sobre as Organizações Sociais (OS) gerando um grande retrocesso, pois quebrou a espinha dorsal do SUS (comando único do sistema de saúde). A estas Organizações Sociais foram repassados boa parte da gestão dos serviços. Ou seja, ha o repasse dos recursos públicos, mas essas "OS" contratam as (os) trabalhadoras(es), sob outros parâmetros. Ou seja, com critérios e tipos de contratos diferentes do serviço publico.

**189** Nesta nova estruturação o SUS não consolida a idéia de sistema único, uma vez que foram criados dois subsistemas:

- a) atuação básica de operacionalização do PSF (Programa de Saúde da Família)
- b) atenção hospitalar.

**190** Ao mesmo tempo criou-se o PAB (piso de Atenção Básica), considerado um avanço. Mas este avanço foi limitado porque se definiu uma quantia irrisória de R\$10,00 por habitante por ano (hoje R\$14,00). Por outro lado, propunha que os municípios que implantassem o PSF teriam um adicional, que em alguns casos chegava a dobrar o valor do PAB.

**191** A proposta inicial do PSF (Programa Saúde da Família) era de uma equipe composta por um médico, uma enfermeira, uma auxiliar de saúde e uma agente de saúde, que deveriam residir na comunidade. Para isso o médico e a enfermeira ganham salários bem maiores que os outros trabalhadores do serviço publico de saúde.

**192** Em principio, o PSF (Programa Saúde da Família) aparecia como uma possibilidade de melhorar a atenção à saúde no campo; uma vez que atuaria próximo da população, com visão geral sobre a família e composto pôr profissionais que deveriam morar na comunidade. Mas todas as análises apontam que este programa é afinado com as orientações do Banco Mundial e que tem por finalidade focar a atenção para o mais pobre, especialmente dos municípios rurais, com o objetivo de oferecer apenas o atendimento básico e não garantir os níveis mais complexos e caros de assistência laboratorial-médico-hospitalar, como exames especializados, cirurgias, tratamentos, assistência farmacêutica, etc.

### **Municipalização e participação da comunidade no Controle Social**

**193** Nesses 13 anos de regulamentação, ainda existem muitas dificuldades de se obter formas estáveis e montantes suficientes para o financiamento do SUS. No ano 2000 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 29, que define percentuais orçamentários nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal) para a cobertura dos serviços e assistência à saúde da população.

**194** Para que o município se habilite para a gestão dos serviços (municipalização) é necessário formar um conselho municipal de saúde, criar o fundo de saúde, elaborar um plano municipal de saúde, ter uma contra partida de recursos do município, apresentar relatório de gestão.

**195** Um grande problema é que muitos municípios formam os conselhos sem participação popular, organizado somente com o objetivo de receber os recursos

da saúde vindos do governo estadual e do governo federal. Estes recursos devem chegar no Fundo de Saúde que é gerenciado pelo conselho municipal e deve ser usado exclusivamente nas ações de saúde.

- 196** No âmbito das Organizações Sociais e Fundações - que hoje já estão gerindo grande parte da assistência médica e de alta complexidade - , o controle social não tem sido exercido já que estas entidades são regidas pelo direito privado e tem conselhos administrativos próprios e não permitem na maioria dos casos a participação popular. Estas entidades não somente administram o dinheiro público, mas toda a infra-estrutura (prédio /equipamentos) que são repassados sem nenhum controle público.
- 197** Mesmo no âmbito das ações básicas, o controle social tem tido problemas. Isso ocorre porque o PSF se constitui como um sub-sistema que na maioria dos casos é gerenciado pelas Organizações Sociais e funciona fora das UBS (Unidades Básicas de Saúde).
- 198** Um dos problemas que a população tem encontrado para exercer o controle social é a falta de formação das (os) conselheiros, bem como a falta de transparência e acesso às informações por parte do poder publico, assim como a manipulação das(os) conselheiras(os) por parte dos secretários de saúde para a provar políticas a partir de interesses do governo.
- 199** Outra forma de controle social são os Comitês de Estudo e Prevenção da Morbidade e Mortalidade Materna, que em alguns estados e municípios já se transformaram em lei. Nestes comitês deverão participar os movimentos de mulheres, universidades, profissionais de saúde e deverá contar com infra - estrutura para funcionar adequadamente. As doenças e a mortalidade de mulheres na gravidez, parto e pós-parto é um importante indicador para avaliar a qualidade da assistência prestada pelo município.

## **Saúde da Mulher**

- 200** Nos anos 80, o Movimento Feminista e Movimentos de Mulheres se mobilizaram em torno da saúde da mulher, naquele momento visto como programas maternos infantis, nos quais a preocupação com a saúde da mulher era em função do seu papel de mãe e de como manter o bem-estar da criança. Havia também um grande questionamento ao modelo de atendimento baseado no poder médico, que em geral considerava as mulheres como seres incapazes de entender o que se passava com elas. A principal questão que o movimento de mulheres queria modificar era a visão com que as mulheres eram atendidas. A proposta era que as mulheres pudessem ser vistas como cidadãs, sujeitas de direito. E ainda mais como pessoas com capacidade de decisão.
- 201** Queríamos que as mulheres fossem vistas pôr inteiro. Pôr isso, era necessário considerar a relação entre saúde e doença em função da condição feminina em nossa sociedade. Isso tanto no que se refere à saúde reprodutiva e sexual, mas também sobre as condições gerais de vida e trabalho.
- 202** Foi nesse contexto de grandes lutas que nasceu o PAISM (Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher), que prevê o atendimento a saúde da mulher em todas as fases da vida e em todas as necessidades, com ênfase no trabalho educativo, preventivo e em tratamentos especializados, com o objetivo de evitar e/ou tratar as doenças. Mas também em relação ao PAISM muito pouco se fez. E sua historia não e diferente do SUS, pois a assistência integral à saúde da mulher não é assumida como prioridade pelos gestores das políticas de saúde.

## Os problemas de saúde das mulheres trabalhadoras rurais

**203** No campo, as situações de riscos e doenças decorrentes das condições de vida e de trabalho tem merecido destaque. Entre estes, citamos;

**204** **Riscos:** longas jornadas de trabalho; não descanso; desnutrição; exposição à alta temperatura ou temperatura oscilante (frio e calor); posições inadequadas para o corpo; água não potável ou contaminada; comidas fermentadas; falta de equipamentos de proteção; falta de locais para higiene pessoal; falta de assistência médica; auto-medicação; contato com produtos químicos (cancerígenos); uso excessivo da pílula anticoncepcional; esterilização massiva das mulheres em idade reprodutiva; assédio sexual; legislação que não protege a saúde integral da trabalhadora.

**205** **Problemas de saúde:** cortes; perfurações; fraturas; perda de membros; queimaduras; doenças no sistema respiratório, digestivo, nervoso, sexual e reprodutivo; alteração hormonal; menopausa precoce; falta de desejo sexual; câncer de pele, mama, cólo do útero, útero, pulmão; abortos espontâneos; abortos forçados; má formação do feto; partos pré-maturos; contaminação do leite materno; dor de cabeça; strees; nervosismo; coluna; lesões por esforço repetitivo (ler); derrame; malária, tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis; AIDs.

**206** Dentre tantos problemas, uma questão inaceitável é o número de mortes de mulheres que são facilmente evitadas; principalmente as chamadas mortes maternas e as por câncer do cólo de útero e mama. E agora mais recentemente as mortes por Aids. A maioria dessas mortes podem ser evitadas se as mulheres tivessem acesso regular à consulta ginecológica, com exames de papa-nicolau, um bom pré-natal e um bom atendimento ao parto.

**207** Um outro dado grave é em relação ao aborto. No Brasil, é grande o número de mulheres, tanto urbanas como rurais, que recorrem ao aborto como forma de interromper uma gravidez indesejada. As mulheres pobres fazem esses abortos com métodos inseguros, acarretando seqüelas para saúde e muitas mortes.

**208** A gravidade desses problemas fizeram com que a luta pela saúde da mulher também fosse incorporada na agenda sindical. As comissões de mulheres trabalhadoras da CUT e da CONTAG romperam as fronteiras machistas do mundo sindical e fizeram o debate político de questões como autonomia do corpo, sexualidade, planejamento familiar, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, AIDs e aborto. As assembléias e congressos de trabalhadores e trabalhadoras rurais se constituíram em amplos espaços de denúncias sobre as práticas de empresas nos locais de trabalho, como a exigência do atestado de laqueaduras de trompas no ato da contratação de mulheres assalariadas e ameaças de demissão às gestantes e lactantes.

## O Governo Lula

**209** Com a vitória de Lula abriu-se a esperança de uma retomada da proposta inicial do SUS e que se pudesse ter um grande investimento em construção de equipamentos e na garantia de um bom trabalho preventivo e educativo.

**210** De 07 a 11 de dezembro de 2003, acontecerá a 12ª Conferência Nacional de Saúde, cujo tema central é "Saúde: um direito de todos e dever do Estado – A Saúde que temos, o SUS que queremos". A MARCHA DAS MARGARIDAS deve estimular a participação efetiva das mulheres na construção dessa conferência, que será realizada nos seguintes períodos:



**211** etapa municipal: até 30/09/2003

**212** etapa estadual: até 31/10/2003

**Estratégias da Marcha para intervir na Política Nacional de Saúde:**

**213** Construir nas mulheres uma visão crítica sobre as atuais condições de assistência a saúde da população, especialmente da saúde da mulher.

**214** Exigir que a implantação do SUS seja feita garantindo seus princípios fundamentais de universalidade, gratuidade e integralidade, baseado em um comando único.

**215** Revisar a legislação de saúde nos aspectos que possibilita a participação da iniciativa privada como prestadora de serviços de saúde

**216** Nos estados devemos pautar questões mais imediatas e urgentes, que estão na responsabilidade do poder publico municipal e estadual. Apresentar propostas de ações articuladas entre os diversos ministérios: Saúde, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, etc.

**A saúde da mulher deve ser concebida em duas dimensões:**

- ▶ auto-conhecimento do corpo;
- ▶ saúde médica

Sobre o auto-conhecimento, propor:

**217** Desenvolver atividades formativas com grupo de mulheres sobre educação em saúde sexual e reprodutiva;

**218** Campanhas permanentes de prevenção das DSTs e AIDS, gravidez precoce, uso de drogas pôr jovens, especialmente o álcool;

Sobre assistência propor:

**219** Orçamento para assistência integral à saúde da mulher nos Planos Municipais de Saúde. Essa e uma estratégia necessária para se efetivar o PAISM e reduzir os casos de contaminação pôr DST/AIDS, mortalidade materna, câncer de colo/mama/útero, etc;

**220** Priorização dos portos normais e humanizados nas maternidades e hospitais públicos e conveniados do SUS;

**221** Atendimento humanizado em situações de aborto;

**222** Regulamentação da profissão das parteiras tradicionais;

**223** Melhoria dos registros de óbitos maternos, objetivando reduzir a sub-notificação;

**224** Criar Centro de Referencias de Saúde do Trabalhador;

**225** Realizar pesquisas sobre as condições de vida e de trabalho das mulheres trabalhadoras rurais (quebradeiras de coco, assalariadas, agricultoras familiares, etc);

- 226** Debater junto ao Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego estratégias para articular políticas de assistência integral a saúde da mulher com a política de saúde ocupacional;
- 227** Atendimento especializado e assistência farmacêutica de media e alta complexidade para pessoas na 3ª idade.
- 228** rever as normas que regulamentam a segurança nos locais de trabalho nas áreas rurais (inserir uma perspectiva de gênero)
- 229** organizar comissões/coletivos de saúde nos sindicatos e locais de trabalho
- 230** exigir o cumprimento dos acordos coletivos e a fiscalização da drt nos locais de trabalho

Medicina alternativa:

- 231** Incentivo à medicina natural com valorização do conhecimento da mulher
- 232** Regularização das farmácias fitoterápicas
- 233** Campanhas de combate ao uso do agrotóxico e incentivo à produção agroecológica;

## Violência sexista

**234** As mulheres trabalhadoras rurais vem cada vez mais se fortalecendo enquanto lideranças e dirigentes sindicais, e como defensoras dos direitos humanos das mulheres. Esse compromisso tem favorecido romper as fronteiras machistas do mundo sindical e fazer o debate político de temas antes reservado ao mundo privado, como pôr exemplo o tema violência sexista. Para sermos coerentes com o nosso projeto de mudanças, a MARCHA DAS MARGARIDAS propõe debater este tema levando em conta não apenas a violência praticada nos espaços privados (domésticos), mas também nos espaços públicos, como o movimento sindical, partidos políticos, locais de trabalho, etc, que muitas vezes reproduzem práticas de discriminação e violência baseadas no sexo, idade, raça, etnia e orientação sexual.

### O que é violência sexista

**235** Violência sexista é aquela que a mulher sofre pelo fato de ser mulher e é exercida pelos homens. Tem suas bases na existência de relações desiguais entre homens e mulheres, que são sustentadas pela construção social de que o gênero feminino é inferior e o gênero masculino superior. As mulheres vivem uma situação de desigualdade em todas as esferas da sociedade e são consideradas subordinadas, dependentes e pertencentes aos homens. Como decorrência dessas relações desiguais de gênero, todas estão sujeitas a esse tipo de violência, que é sempre praticada pelos homens, e por isso a chamamos de violência sexista.

**236** As manifestações de violência são pressões psicológicas, maus-tratos físicos, espancamentos, piadas, cantadas, humilhações, acusações, calúnias, assédio sexual, estupro e assassinato. Para isso o agressor faz uso da força física e também de ameaças. A existência dessa violência coloca as mulheres em uma situação de medo e ameaça permanente.

**237** De acordo com dados mundiais, o risco de uma mulher ser agredida em sua própria casa, pelo marido, ex-marido ou atual companheiro, é nove vezes maior do que na rua. No Brasil, por exemplo, a violação sexual só é considerada estupro, quando o ato é praticado por estranhos. Ela é aceita como normal no interior do casamento.

### Mecanismos de manutenção da violência

**238** A idéia de que a violência é natural, de que é norma os homens serem violentos, justifica uma outra, de que são as mulheres que a devem evitar, já que "sabem como são os homens". Dessa forma, a sociedade convive com a violência e a aceita. Isso está disseminado em todas as instituições e práticas sociais.

**239** As mulheres têm medo do "poder" dos homens, que é legitimado pela sociedade, pelo Estado e pelos sistemas religiosos, quando outorgam a eles o comando da unidade familiar. É importante lembrar, além disso, que as crianças estão sempre envolvidas nesses episódios.

**240** Por medo, vergonha, sentimento de culpa, somados ao descrédito em relação à eficácia da Justiça, elas silenciam diante dos atos de violência. Com esse silêncio, que não é por sua vontade, contribuem para que sequer se conheça a extensão da violência e também para manter a impunidade.

**241** Mas a impunidade existe não só por isso. Contribuem para ela a ineficiência da Justiça, que ainda abriga muitas leis discriminatórias, e a cumplicidade da maioria dos homens que se solidarizam entre si e usam justificativas para a violência. Um dos principais recursos utilizados para não se punirem os agressores é transformar as mulheres de vítimas em culpadas.

### **A Violência aumenta o controle sobre o corpo das mulheres**

**242** As mulheres ainda sofrem muitas violações de seus direitos em relação à vida reprodutiva e sexual, e a situação de violência agrava ainda mais essa condição. Para a maioria das mulheres ainda não é possível negociar o uso da camisinha, porque elas têm medo de serem julgadas promíscuas por seus companheiros, do abandono e até mesmo da violência física. Sem o uso da camisinha, ficam mais expostas a uma gravidez indesejada e às doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a aids.

**243** O aborto continua sendo um crime, e milhares de mulheres morrem ou ficam doentes em consequência de o fazerem clandestinamente, em péssimas condições. Somam-se a isso o desrespeito, a humilhação e mau atendimento nos serviços de saúde, uma vez que a maioria dos profissionais de saúde considera que as mulheres que fazem aborto devem ser castigadas. Além disso, é muito comum o assédio e o abuso sexual nos serviços de saúde.

**244** Nos locais de trabalho, as mulheres não têm respeitadas suas especificidades. Além disso, sofrem restrições de acesso ao banheiro e, freqüentemente, sofrem cantadas e assédio sexual.

### **Direitos das mulheres lésbicas**

**245** As leis internacionais sobre direitos humanos não oferecem proteção às lésbicas no que se refere aos direitos e liberdade das pessoas. Cerca da metade dos países do mundo criminaliza a homossexualidade. Nenhum oferece igualdade de direitos a elas, o que dá lugar a uma série de atos de violência em relação a direitos garantidos a outras pessoas: não têm respeitados os direitos à vida, à integridade, à liberdade de expressão e à associação, de viver segundo sua orientação sexual e não se ver forçada a casar-se; são vítimas de assédio, de prisão arbitrária, de tortura e de outras formas de violência, de discriminação.

### **Alguns dados sobre a violência**

**246** Estima-se que a cada quatro minutos uma mulher é vítima de algum tipo de violência. Dos casos de assassinatos, 70% são cometidos por ex-maridos, ex-amantes ou ex-namorados.

**247** Na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da violência contra a mulher, de 1991-1992, realizada pela Câmara de Deputados (as ), das vítimas recenseadas, 88% eram donas-de-casa. Apenas 23% dos Boletins de Ocorrência se transformaram em inquéritos policiais nas Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher (DDMs), em 1992.

**248** A luta feminista, o surgimento das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher e o debate público sobre a questão contribuíram para que muitas mulheres vencessem a barreira do medo e da vergonha e denunciasses os maus tratos sofridos. Trazida à luz, traduzida em estatísticas, a violência sexista revelou-se um problema. A situação de violação dos direitos das mulheres é grave e ameaça sua própria existência.

## **Violência e Abuso Sexual do Ponto de vista da Lei\*5**

- 249** Incesto: é qualquer relação de caráter sexual entre uma pessoa e uma criança ou adolescente, entre um(a) adolescente e uma criança, ou ainda entre adolescentes quando existe um laço familiar, direto ou não, ou mesmo uma mera relação de responsabilidade. Ex.: pai com a filha; irmão com irmã; padrasto com a enteada.
- 250** Estupro: é quando ocorre penetração vaginal com o uso de violência ou ameaça, é constranger a mulher a conjunção carnal até dentro do casamento.
- 251** Sedução: quando há penetração vaginal sem uso de violência em adolescentes virgens de 14 a 18 anos.
- 252** Atentado violento ao pudor: constranger alguém praticando atos libidinosos, como exibir os órgãos sexuais, sem penetração vaginal, utilizando violência ou grave ameaça.
- 253** Prostituição infantil: envolve milhares de crianças e adolescentes vítimas de uma situação sócio-econômica extremamente injusta e desigual. As meninas, na maioria das vezes, mantiveram sua primeira atividade sexual com o próprio pai e foram obrigadas por fatores culturais e econômicos a se prostituírem para sobreviver.
- 254** Abuso sexual: É "todo ato ou jogo sexual, na relação heterossexual (homem-mulher) ou homossexual (pessoas do mesmo sexo) cujo agressor tenha por intenção estimular sexualmente a vítima ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Estas práticas eróticas e sexuais podem ser impostas à vítima pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade, grande jogo emocional.

## **Crimes definidos pela Lei**

- 255** A lei brasileira define como sendo crime as seguintes ações:
- a) Se alguém, por palavras, gestos ou por escrito amedrontou você, prometendo fazer um mal injusto e grave, você foi vítima de crime de ameaça;
  - b) Se alguém a obrigou a ter contato íntimo contra a sua vontade, sem ter penetração vaginal, você foi vítima de um crime de atentado ao pudor;
  - c) Se alguém a obrigou a ter relações sexuais com penetração vaginal contra a sua vontade você foi vítima de crime de estupro;
  - d) Se alguém lhe deu socos, bofetões e pontapés, ou bateu usando objetos que o(a) machucaram ou prejudicaram a sua saúde, você foi vítima de um crime de lesão corporal;
  - e) Se alguém matou alguém, cometeu crime de homicídio;
  - f) violência psicológica e violência doméstica

## **Preconceitos e outras formas de discriminações**

- 256** Há mais de 100 anos que a escravidão foi abolida, mesmo assim, as pessoas da raça negra continuam sendo tratadas como cidadãos e cidadãs de terceira categoria. Ainda hoje se repete a violência da colonização contra os povos indígenas. Estas populações são consideradas de "raças inferiores", "preguiçosas", "atrasadas" e "sem cultura".

- 257** As estatísticas nacionais confirmam que negros e pardos representam 50% dos desempregados, 60% dos analfabetos, 45% dos chefes de família que recebem 1 salário mínimo mensal. Isto acontece porque, ao longo da história, foram negados o direito à cidadania aos negros e indígenas.
- 258** Hoje, 54% dos negros e indígenas não ultrapassam a primeira série do primário. Analfabetos em sua maioria, são obrigados a desempenhar profissões que são desvalorizadas e mal remuneradas.
- 259** A intensidade com a qual estas desigualdades sociais atingem as populações indígenas, negras e pessoas do sexo feminino, idosas, portadoras de deficiência, portadoras do HIV, homossexuais, etc. é uma forma explícita de exclusão, discriminação e preconceito.

### **Algumas formas de discriminação**

- 260** Racismo: é um comportamento discriminatório em função da raça ou etnia de um povo. É acreditar que certas características, como a cor da pele, a cultura ou o lugar onde se nasce, fazem com que existam classes superiores e inferiores de pessoas e de povos.
- 261** Sexismo: é uma atitude ou uma ação que diminui ou exclui as pessoas de acordo com o seu sexo. Em muitos países, as mulheres são proibidas de votar, de trabalhar, de sair de casa desacompanhada, de usar calça comprida, etc.
- 262** Homofobia: é ter pavor ou discriminar homossexuais masculinos ou femininos, incentivando atitudes agressivas contra eles/elas, considerando-os imorais, tratando-os com desprezo, etc.

### **Propostas de combate a violência e outras formas de discriminação**

#### Na área de políticas públicas

- 263** Uma política nacional de combate à violência sexista exige ações que articulem prevenção e apoio às mulheres vítimas, bem como alterações na legislação brasileira, todas essas medidas levando em conta as especificidades raciais, étnicas e geográficas. E isso pressupõe:
- 264** a construção de políticas que garantam a autonomia pessoal e econômica das mulheres. Para alterar as relações de violência é essencial ter políticas de emprego, habitação, educação, saúde;
- 265** mudanças legais que permitam o aumento do poder real das mulheres, para combater a discriminação social, econômica e Política da mulher;
- 266** promover modificações no Código Penal para que os crimes contra a mulher deixem de ser "crimes contra os costumes" e passem a ser crimes contra a pessoa; e que todas as formas de violência sejam tratadas como agressão, inclusive quando fica caracterizada a "obrigação" da mulher de manter relações sexuais contra a vontade mesmo no casamento, independentemente de haver ou não ameaça de morte;
- 267** reformas jurídicas para que sejam julgados os atos de violência contra as mulheres, reformados os tribunais, e para que haja formação adequada dos servidores do Judiciário e dos serviços públicos;

- 268** pena para os atos de violência doméstica e no trabalho para exigir que sejam consideradas sujeitas a penalização, as violências ocorridas no âmbito doméstico e nos locais de trabalho;
- 269** proteger e dar garantias às mulheres vítimas de assédio sexual, para que não sejam obrigadas a abandonar seus empregos ou demitidas por não aceitarem chantagens sexuais ou cantadas, casos em que devem receber uma compensação da empresa e serem readmitidas, se elas assim o quiserem;
- 270** ampla campanha educativa sobre os direitos das mulheres que combata o machismo e as atitudes violentas dos homens, motivando-os a denunciar todo e qualquer ato de violência contra as mulheres;
- 271** exigir dos meios de comunicação de massa um compromisso com o combate à violência e que estes modifiquem a forma como veiculam imagens e informações que reforçam a desigualdade das mulheres;
- 272** acesso aos serviços de apoio quando as mulheres sofrem violência: *centros de atendimento* que garantam informações e assistência gratuitos nos âmbitos jurídico, médico e psicológico; *albergues, casas ou outros espaços coletivos* onde as mulheres tenham condições de iniciar a reconstrução de suas vidas e possam se sentir seguras contra as ameaças e agressões praticadas contra elas, principalmente pelos maridos; *delegacias especializadas no atendimento às mulheres nos municípios menores possibilitando assim o acesso das mulheres rurais*;
- 273** recursos orçamentários suficientes para um programa de combate à violência.
- 274** ações afirmativas de promoção a igualdade racial no mercado de trabalho, universidades, escolas, meios de comunicações, partidos políticos, órgãos públicos, etc.
- 275** campanhas educativas sobre os direitos das pessoas idosas, portadoras de deficiência, etc .

#### Propostas de ação para o movimento e organizações de mulheres

- 276** romper o silêncio. Promover denúncias e incentivar as mulheres a denunciarem atos de violência;
- 277** organizar manifestações públicas para exigir a punição dos criminosos;
- 278** reivindicar que os sindicatos assumam a luta contra à violência a mulher como uma luta dos trabalhadores em geral e defendam as mulheres vítimas de violência independentemente de serem ou não sócias do sindicato.

#### Ações para a prevenção

- 279** realizar cursos de autodefesa e criação de espaços que propiciem a preparação física e psicológica das mulheres para enfrentarem as agressões;
- 280** combater a educação diferenciada que reforça os papéis de homem e mulher e define estereótipos;
- 281** exigir melhorias para os locais de moradia: iluminação adequada nas ruas e estacionamentos, limpeza de terrenos baldios etc.

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO DOS TEXTOS**

Amarildo Carvalho de Souza/CONTAG

Anselmo Luis dos Santos/ UNICAMP

Cléia Anice da Mota Porto/CONTAG

Denise/Fórum Carajás

Edson Campos/CONTAG

Evandro José Morello/CONTAG

Ivaneck Perez Alves/CONTAG

Letícia/ESPLAR

Lúcia Aragão/CONTAG

Luiz Gonzaga Araújo/CONTAG

Maria do Socorro de Souza/CONTAG

Maria Emília Lisboa Pacheco/ FASE

Maria José Costa Arruda/CONTAG

Marleide Barbosa de Sousa/CONTAG

Miriam Nobre/Marcha Mundial de Mulheres

Nalu Faria/SOF

Vanete Almeida/Rede LAC